



Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 076.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1989
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Bruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Antônio Costenaro Neto, Caíto Quintana, David Cheriegate, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri, Quiélse Crisóstomo, Rafael Greca e Sabino Campos (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte.

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER, preferência de discussão e votação, para os Projetos de Leis nºs 266, 267, 59, 273, 58, 185, 208, 226, 281 e 60/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO Nº 2192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por (3) Sessões do Projeto de Lei nº 109/89, bem como o cancelamento do regime de urgência.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 185/89, pelo prazo de 02 (duas) sessões.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 2203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 58/89.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) BASÍLIO ZANUSSI

REQUERIMENTO Nº 2190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de

hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DÁRIO LEONARDI BETTEGA, ocorrido nesta Capital no dia 18.10.89.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 18 de outubro faleceu, nesta Capital, o Senhor DÁRIO LEONARDI BETTEGA.

O extinto era membro de tradicional família paranaense. Deixou viúva a Sra. ODETE PAULI BETTEGA, deixou os filhos Antonio Carlos, Paulo Roberto e Maria Odete e cinco netos.

O desaparecimento do Senhor Dario Leonardi Bettega veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como do seu vasto círculo de amizades, dentre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem o dever de associar-se à dor que abalou a família BETTEGA endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à V.Excia., ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor JAMES FERRER, MD. Ministro Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos da América, expressando voto de pesar e de solidariedade desta Casa ao Povo Norte-Americano tendo em vista a tragédia motivada pelo violento terremoto que assolou o Estado da Califórnia.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O terremoto e a sucessiva onda de choques, que vitimou inúmeras pessoas e que tanto tem atemorizado os Norte-Americanos, merece desta Casa a manifestação de pesar e de solidariedade, não só pelos fatos lamentáveis ocorridos e que nos sensibilizaram, mas também e principalmente, tendo em vista as manifestações, desta mesma natureza, que recebemos em virtude de calamidades ocorridas em nosso País.

REQUERIMENTO N° 2201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor ITALO FERNANDES GRADIA, ocorrido no dia 13 de outubro do corrente ano, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No dia 13 de outubro de 1.989, faleceu o Senhor ITALO FERNANDES GRADIA, casado com a Senhora Maria Aparecida Gradia, tinha três filhos; dentre eles o Doutor EDSON GRADIA, nosso Secretário de Estado de Esportes e Turismo.

O passamento do Senhor Italo Fernandes Gradia veio abrir grande lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía; e hoje entristecidos desejamos endereçar à família enlutada, voto de profundo pesar, rogando à Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 2202

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. DÁRIO LEONARDI BETTEGA, ocorrido nesta cidade na semana anterior.

Membro de tradicional família paranaense, Dario Leonardi Bettega foi empresário do ramo madeireiro e dedicou-se ao desbravamento da região Sudeste do Paraná, a partir de União da Vitória e no rumo de Palmas. Exerceu cargos de Direção na empresa familiar, a Indústria J. Bettega S.A. e fundou sua própria companhia, a Madeireira Santa Felicidade.

Filho de Rodolpho Mauricio Bettega e de Dona Felicidade Leonardi Bettega, descendia de Giovanni Bettega, que no final do século passado emigrou para o Brasil desde a Itália e aqui implantou uma das primeiras firmas madeireiras. Aluno do tradicional Ginásio Paranaense e formado em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná, Dario foi atleta universitário na década de 1930. No Clube Atlético Paranaense, onde depois foi Conselheiro destacado.

Extremoso pai de família, Dario Leonardi Bettega deixa viúva a excelentíssima Senhora Odette de Pauli Bettega os filhos Antonio Carlos, Paulo Roberto e Maria Odette, noras e netos, além de irmãs e irmãos.

Deixa, sobretudo, a crônica de vida de um dos cidadãos mais dignos de nossa terra, varão de caráter reto, de existência

austera, de cidadão devotado ao bem comum. Por isso, requeremos que este voto de saudades seja registrado nos anais desta Casa de Leis, e dado a conhecimento da família expressando nossa sentida perda pelo desaparecimento de Dario Leonardi Bettega aos 71 anos de uma proveitosa e respeitada existência, pró-homem respeitado pelos seus contemporâneos e legado de exemplo aos nossos filhos, brasileiros do Paraná do futuro.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário votos de congratulações ao Senhor Lourival Pedrazani, mais popularmente conhecido como "Palito", pela comemoração de seus 30 anos de rádio, completada no dia 20 de outubro próximo passado.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao ilustre radialista.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o requerimento, que ora submetemos à apreciação de Vossas Excelências, tem como objetivo enaltecer o radialista Lourival Pedrazani, mais popularmente conhecido como "Palito", pela sua longa vida profissional dedicada a comunicação, e em especial, a rádio, pelas comemorações alusivas aos seus 30 anos completados no dia 20 de outubro último.

Lourival Pedrazani é filho de Francisco Pedrazani e de Dona Giovana Forti, nasceu em 07/11/49 e é natural de Taquaritinga, Estado de São Paulo, homem de origem humilde, conquistou seu espaço e respeitabilidade pela sua competência e capacidade.

Iniciou sua vida no rádio em 20/10/59 como boy de Rádio Paiquerê de Londrina, em 1.961 foi humorista da mesma rádio; em 01/01/63 foi sonoplasta e rádio-ator da Rádio Atalaia de Londrina, em 20/01/69 assumiu o cargo de diretor dessa rádio, em 29/01/72 mudou-se para Curitiba e veio dirigir a Rádio Atalaia de Curitiba, exercendo essa função com êxito e sucesso até o dia 01/04/89, eis que a Rádio Atalaia de Curitiba sob sua direção, passou a liderar as pesquisas do Paraná, estando sempre ou quase sempre, entre uma das primeiras colocadas no Ibope. Em 01/05/89 assume a função de Diretor da Rádio FM Antena Um, inovando, sobremaneira, a programação dessa FM, de tal forma que, com sua experiência, "Palito" mais uma vez, coloca a audiência dessa rádio entre as primeiras do

Ibope.

É sem dúvida, com o intuito de homenagear esse nome de destaque no Estado, de reputação ilibada e sobretudo, um homem trabalhador, competente, capacitado e dotado de sensibilidade profissional, é que contamos com o apoio dos demais nobres pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação desse requerimento, que a nosso entender não é nada mais do que uma justa homenagem.

REQUERIMENTO N° 2193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 35, do regimento interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Lei n° 281/89, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Outrossim, REQUER, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do dispositivo regimental mencionado, que a mesma venha a ocorrer por ocasião da votação da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2197

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado aos Senhores Ministros da Agricultura e da Fazenda, urgente reestudo das normas editadas para regular as compras e pagamentos do trigo adquirido pelo Governo Federal e a interveniência de ambos em favor dos triticultores para que estes tenham seus créditos corrigidos pelos mesmos índices de suas obrigações e parcelamento dos financiamentos de custeio, proporcionais ao parcelamento compulsório dos seus haveres do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Pelas normas vigentes, o Governo Federal pagará à vista o equivalente a 54% (cinquenta e quatro por cento) do valor da compra; e o saldo, em três parcelas mensais - corrigíveis pelo índice de Preços ao Consumidor-IPC, acrescido de juros de 1%, 2% e 3%.

Pelo regime econômico atual, todos os valores e preços podem ser corrigidos pelo BTN Fiscal, constringendo os produtores de trigo a situação difícil, recebendo seus haveres parceladamente, corrigidos por índices abaixo daqueles a que se sujeitam

obrigatoriamente. Permitir tenha curso essa situação, seria exigir que esses produtores sigam pagando para usufruírem do direito de trabalhar.

REQUERIMENTO N° 2199

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 55 da Constituição Estadual, ouvido o Plenário, REQUER,

Seja encaminhado ao Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, pedido de informação e resposta aos seguintes tópicos:

a) Relação das licitações para execução de obras de Abastecimento de água e coleta de esgotos a serem realizadas no período de outubro de 1989 a março de 1990, com valor igual ou superior a um milhão de BTNS;

b) Envio de cópia de contratos de financiamento que dão cobertura às respectivas licitações, devidamente registradas conforme praxe da CEF, ou outra fonte de financiamento;

c) Envio de informação quanto à existência ou não de projeto executivo das obras a serem relacionadas no item (a);

d) Envio do caderno de preços de serviços e obras vigentes no mês de Outubro de 1989.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 2200

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 55 da Constituição Estadual, ouvido o Plenário, REQUER,

Seja encaminhado ao Secretário de Estado da Fazenda, pedido de informação e resposta aos seguintes tópicos:

a) Complementação, retificação ou ratificação dos dados constantes dos quadros em anexo (1, 2 e 3);

b) Montante dos débitos do Tesouro do Estado decorrente de serviços e/ou obras públicas- Posição em 30 de Setembro de 1989;

c) Valor das operações de crédito por antecipação da receita nos anos de 1987, 1988 e 1989 (realizado e a realizar até 31 de dezembro do ano em curso) respectivos encargos e taxas e suas fontes de captação.

d) Valor da venda e data da efetivação do negócio das ações da Petrobrás, bem como a forma da operação e respectivos compradores.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) HERMAS BRANDÃO

Curitiba, segunda, em 23.10.89

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 062/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 4° - Os ocupantes de cargos de Consultor Legislativo, portadores de Diploma de Bacharel em Direito e de empregos de Advogado estáveis, ficam classificados no cargo de Advogado, nos termos do art. 56, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

Art. 11 - Os ocupantes do cargo de Procurador e Advogado do Poder Legislativo, terão vencimentos, vantagens, impedimentos e vedações dos membros do Ministério Público, observado-se a correlação entre as respectivas classes e entrâncias, nos termos dos artigos n° 243, § 3° e 56, § 3° das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

ANEXO I

Grupo Ocupacional de Atividades e Assessoramento Superiores da Área Jurídica.

Denominação	Classe n°	Cargos	Habilitação
Procurador	NU-1	13	Bel.Direito
Advogado	A NU-1	08	Bel.Direito
Advogado	B NU-1	08	Bel.Direito
Advogado	C NU-1	08	Bel.Direito
Advogado	D NU-1	08	Bel.Direito

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamto: Gernote Kirinus, Raul Lopes, Nilton Barbosa, Acir Mezzadri, Vera Agibert, Ezequias Losso, Djalma de Almeida César, José Rogério Carvalho, Renato Adur e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda, prende-se ao fato, de melhor adequar a nomenclatura do cargo privativo de portadores de Diploma de Bacharel em Direito, às técnicas de administração de recursos humanos, e à nova ordem constitucional.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 282/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O art. 1° da Lei 8.521, de 06 de julho de 1987, passa a ter a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, como modalidade da Loteria Estadual, concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, promovido em datas prefixadas, com distribuição de prêmios mediante rateio, e outras moda-

lidades de apostas do seu interesse".

Art. 2º - Acrescenta o art. 5º na Lei nº 8.521, de 06 de julho de 1987, com a seguinte redação:

"A implantação e regulamentação de nova modalidade de apostas, será baixada pelo Governador do Estado, mediante Decreto, por propostas do Secretário da Fazenda, a qualquer tempo".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.89

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

O escopo do presente projeto de lei prende-se ao fato, de que a lei nº 8.521, de 06 de julho de 1987, que instituiu como modalidade da Loteria Estadual, concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, não se encontra devidamente adequada com a nova realidade nacional dos concursos de prognósticos e também ao crescimento populacional no Estado e a diversificação de expectativa sobre a matéria.

A abertura para criar novas modalidades de jogos trará maior vigor aos concursos de prognósticos realizados em nosso Estado, cuja principal finalidade é de alcance social dirigida a programas de bem estar social, cultural e esportivo e ensino especial à assistência desportiva dos deficientes físicos.

Dado o alcance social da medida, contamos com a aprovação do projeto de lei em tela nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente e Srs. Deputados.

Há momentos em que as tensões externas, principalmente as de cunho absurdo e incoerente, chegam a revoltar o observador mais atento, vendo, por trás delas, manobras maldosas e solertes contra o nosso Estado. Essas manobras são as represas e inundações que tivemos em nossos rios, incontáveis, devorando o nosso território, sem o mínimo de indenização adequada por parte do Governo Federal.

Como exemplo disso, acabaram com sete quedas, um monumento turístico de cunho mundial. Em sequência, nossas empresas sequer participaram da construção de Itaipu. Na criação do 2º e 3º polos petroquímicos, fomos preteridos. Nossas pequenas conquistas, como a Usina do Xisto de São Mateus, ficaram no protótipo e sua quase extinção recente mostra o nível de pressões às quais o Paraná está sujeito. A Estrada de Ferro da Produção, de interesse fundamen-

tal ao País para o transporte da maior parte dos 6 milhões de toneladas de grãos que o Estado produz, não foi capitalizada e, em seu lugar, se deu prioridade à Ferrovia Norte-Sul, ligando duas regiões improdutivas no Norte do País com a área de Brasília, sem mercados, no centro do vazio brasileiro, e custando 4 vezes mais. Os juros cobrados aos nossos agricultores são os mais altos do mundo e os subsídios fundamentais à lavoura, extintos, quando são mantidos e aplicados em áreas de maior lobby político, mas sem lavoura expressiva.

Assim, Senhores Deputados, vemos em tudo manobras que visam ora a se apropriar de bens e capitais do Estado, ora a prejudicá-lo no que ele tenha de algum capital já constituído, tornando-o frágil financeiramente, sugando seus recursos conseguidos a duras penas.

No entanto, observem Senhores Deputados: O mais recente e descabido atentado que este Estado, e a região do Sul sofreram, foi nada mais nada menos que a manobra ainda em curso, da liquidação do BRDE, engendrada pelo amigo do Sr. Nagi Nahas, o ex-diretor do Banco Central, o notório Sr. Elmo Camões, sabidamente ligado a lobbies estrangeiros, que estão leilando o domínio do mercado financeiro nacional para bancos multinacionais. O que pretendem essas forças não tão ocultas - porque já foram identificadas - nada mais é do que liquidar com um organismo de fomento, que é reconhecidamente padrão e o segundo maior Banco de Desenvolvimento do País. Estão agora querendo fazer o mesmo com o Banco do Brasil.

A perda do BRDE, tem para o Paraná, o mesmo impacto que a perda do Banco do Brasil para o país.

Fica, ainda, a cumplicidade do Banco Central ao propor aos Estados a rolagem da dívida, em troca da extinção da instituição como se fosse possível extinguir a dívida extinguindo o BRDE.

Como alternativa a esse desastre, se os US\$ 549 milhões de dólares que os Estados do Sul terão de pagar ao Tesouro Nacional fossem capitalizados, com a federalização do BRDE, constituirá esse valor a participação da União. O BRDE em 15 anos terá pelas reaplicações sucessivas o efeito multiplicador de 15 vezes como lhe permite sua alavancagem, a capacidade de gerar nada menos que 75 bilhões de dólares.

Srs. Deputados, esses 549 milhões de dólares não poderão sair do Estado, da nossa região, não poderão sair do Sul. O BRDE deve ser mantido e federalizado como símbolo de nosso esforço, é a nossa conquista, a região precisa desse investimento para sobreviver e não permitamos que a avidez de meia dúzia de lobistas de fora,

comprometidos com a máfia dos bancos, venha destruir os mecanismos financeiros do Estado, como o BRDE.

Fundamental, o financiamento da sua agricultura, cooperativas e indústria que mantém por sua vez o progresso e o bem-estar da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna para falar mais uma vez a respeito da insegurança que toma conta do povo de Curitiba e do Paraná.

Neste exato momento estão estacionados em frente ao Palácio Iguazu aproximadamente 500 táxis de Curitiba em sinal de protesto pela insegurança, pela intranquilidade que vivem os profissionais do volante; mormente após o bárbaro assassinato que vitimou um de seus companheiros, o taxista Jurandir Alves de Souza, crime acontecido nos últimos dias; ele que estava desaparecido desde o dia 09 deste mês e que foi encontrado ontem à noite, barbaramente assassinado, pendurado com os cintos de segurança do seu táxi e uma torre de alta tensão da COPEL, na região do Município de Mandirituba.

Os crimes contra os profissionais do volante têm sido uma constante na Capital do Estado do Paraná. Os assaltos aumentam dia a dia e nós não vemos uma segurança melhor para os taxistas.

Nestas últimas horas, neste final de semana em Curitiba, foi um dos mais violentos deste ano, nada mais nada menos do que 17 corpos passaram pelo Instituto Médico Legal de pessoas vítimas da violência, assassinatos, latrocínios, afogamentos, acidentes de trânsito, enfim, uma sequência de fatos tristes que têm marcado constantemente os finais de semana na Capital do Estado do Paraná. Isso em decorrência, evidentemente de uma série de problemas, do problema social, mas há também uma série de problemas que afligem principalmente os órgãos encarregados da segurança do Estado do Paraná, e a propósito, os jornais do final de semana fizeram algumas reportagens se referindo à situação precária da Polícia Militar do Estado do Paraná, a nossa PM que aqui nesta Casa, durante os trabalhos da Constituinte procuramos atender da melhor maneira possível, fazendo realmente, valorizando a classe, que necessita de um melhor salário, de uma melhor vida, de uma melhor estabilidade para poder atender à segurança do povo.

Mas lamentavelmente, se resolve o problema da remuneração do policial e não

se resolve o problema de atendimento do policial, de atendimento à população. Em dos jornais, o Jornal "Curitiba Hoje" traz uma matéria que diz: que o número da vez maior de pedidos de baixa da Polícia Militar em Curitiba por causa dos baixos salários, só no mês de maio, a Corporação registrou 110 pedidos de afastamento. Traz conseqüências imediatas e que compromete seriamente a qualidade de serviço de segurança prestada à população curitibana e aos 16 Municípios da região metropolitana.

E o reflexo mais evidente é a queda no atendimento prestado pelos módulos policiais criados há cerca de oito anos, com o objetivo de possibilitar à PM a atuação preventivamente no controle da violência. Os módulos se transformaram há alguns meses de policiamento ostensivo, destinados a servir como ponto de apoio para operações repressivas.

A causa dessa mudança é novamente a defasagem do efetivo. Quando foram criados, cada módulo era atendido por cerca de trinta e cinco policiais; número adequado para atender a situação de férias, casos de doenças, ou remanejamento temporário, para outras atividades.

Atualmente existem 67 postos, dos quais 54 estão em funcionamento com apenas um homem, praticamente cuidando do módulo policial, e não prestando atendimento à população.

Esse fato acaba por criar corriqueiramente situações alarmantes; os policiais, não por culpa deles, se limitam apenas a fornecer informações ao público ou repassar ocorrências policiais ao Centro de Operações Policiais Militares.

Para complementar, Sr. Presidente, não bastassem as dificuldades de pessoal, a Corporação convive ainda com uma constante falta de equipamentos. Atualmente circulam em Curitiba apenas 200 viaturas operacionais destinadas ao policiamento; com apenas 17 carros no centro da cidade, enquanto quase não se vê viaturas nas ruas. As oficinas do Quartel da Polícia Militar estão lotadas de viaturas, que custam a ser resolvidos os seus problemas de manutenção.

É a situação crítica, Srs. Deputados, que enfrenta a nossa Polícia Militar. E como conseqüência disso, quem sofre é a população, que não tem um policiamento à altura, que convive no dia-a-dia com assaltos, seqüestros, crimes de toda a sorte.

Neste momento, repito, defronte ao Palácio Iguazu aí estão quinhentos, seiscentos taxistas revoltados pela situação de insegurança pela qual passam.

Nós fazemos aqui o apelo ao Governo do Estado do Paraná, no sentido de aumen-

tar o efetivo da Polícia Militar, e no sentido de dar condições de reaparelhamento à esta Instituição, que necessita mais do que nunca, urgentemente, de um atendimento imediato para evitarmos consequências piores na sequência.

É o apelo que nós fazemos ao Governo do Estado do Paraná, para que olhe com um pouco mais de atenção à área da segurança que tem sido um dos casos, um dos setores mais cruciantes aqui na Capital e também do Estado do Paraná.

É preciso reequipar a polícia, e dar condições para que ela realmente possa trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Raul Lopes com a palavra.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu também venho à tribuna para reforçar as palavras do companheiro Deputado Algaci Túlio.

É realmente preocupante o quadro da Segurança Pública no Estado do Paraná. Mas, eu tenho certeza que o Governo naturalmente já está desenvolvendo algum trabalho no sentido de restabelecer ordem, e tenho até algum conhecimento, no sentido de permitir uma reinclusão para que parte dos quadros defasados da respectiva Corporação sejam preenchidos.

Como tenho certeza também ante a expectativa que paira naquela Instituição, e aquele momento maravilhoso conquistado por todos nós Constituintes nesta Casa de Leis, se concretize com maior brevidade possível, no que diz respeito à conquista da isonomia salarial.

Existe, paira uma grande expectativa e um clima de angústia e de intranquilidade. Existe, e queira crer quem serviu durante 35 anos naquela Instituição, queiram crer Srs. companheiros, que isto tem um reflexo extraordinário. Já a falta de recursos humanos e materiais, isso naturalmente intranquiliza e as coisas ficam naturalmente, a trazer uma série de problemas para o exercício da função.

Mas, o que me preocupa, naturalmente, é o que nós assistimos há alguns minutos atrás, quando, no Gabinete do Presidente, olhávamos através da janela, e víamos uma passeata, uma demonstração de força novamente dos táxis. Seria, o que nós costumávamos dizer, os fatos se repetindo na história da Segurança Pública do Estado do Paraná e ao longo desses "Brasis". Naturalmente intranquilos e insatisfeitos com o que vem ocorrendo, eles estão à mercê de fazer justiça com as próprias mãos.

Lembro-me, ao longo de minha vida profissional, quantos bandidos, marginais, foram linchados em praça pública por esses

companheiros que em represália, tentando naturalmente vingar a morte de um ente querido, de um companheiro, linchavam, fazendo justiça pelas próprias mãos.

O tempo não me permite, mas eu voltarei a esta tribuna para dizer alguma coisa no sentido da necessidade premente de nós reformularmos toda a legislação penal nesse Brasil. Já assisti e já vi o Ministro da Justiça tomar algumas providências nesse sentido. Esta Casa, motivada pelo companheiro, também deverá fazer levar um seminário nos dias 30 e 31, quando aqui estarão presentes, o Ministro e o Diretor da Polícia Federal. Na oportunidade nós vamos desenvolver alguma coisa.

Mas a este companheiro dos táxis: existe dentro da própria corporação um sistema de segurança pública, uma operação, chamada Bandeira-2, que dá o acompanhamento, todo o atendimento necessário. Naturalmente, as coisas acalmaram e o homem vai à rotina e não leva a sério, então, as coisas tendem a continuar e a aparecer.

Vejam vocês, vivemos um clima político, econômico-social horrível, dantesco, e agora, na área da segurança, as coisas começam a aparecer. As coisas aparecem com certa incidência toda a vez que nós caminhamos para um fim de ano, onde os movimentos de compras, onde os movimentos das festas natalinas, naturalmente, incrementam todo este momento, todo esse evento, ocorrido em situações anteriores, que voltam a ser levado a efeito.

De sorte que eu receio que Curitiba, o Paraná, novamente se torne manchete nesses jornais, dada a violência que, por certo, deverá existir.

Mas, eu aqui conclamo, companheiros dos táxis, vamos sublimar esse momento de pesar que vocês estão passando e entregar às autoridades competentes para que elas, naturalmente, tomem algumas providências. Porque no momento em que eu faço, eu já ouvi, já tomei conhecimento de alguns inflamados, alguns exaltados, naturalmente levados pelo processo de emoção, estão a tentar e a desenvolver este momento que não é a solução para o problema.

Mas eu também clamo ao Governo do Estado e peço para que, com a maior brevidade possível, possa acelerar esse processo, para conseguirmos dar, a níveis suportáveis, à nossa querida Curitiba, ao nosso querido Paraná, o que tanto estamos a almejar.

A instituição não é culpada, não pode, em momento algum, ser atribuída à sua responsabilidade. É falta, realmente, de recursos humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a

palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu acho muito bonito quando se ouve falar nesse País de encontros, reuniões, debates, eu acho muito bonito. Acho até importante que se debata alguma coisa, que se vá de encontro a algum ideal, mas eu acho que quando se termina um debate continua tudo do jeito que está. Esta é a realidade do Brasil e ninguém vai me enganar. Por isso, que eu vou debater quantas vezes forem necessárias como eu vou debater agora, como Presidente da Comissão de Segurança, a convite do Deputado José Rogério. Eu quero debater com os figurões, que vão estar aqui, para ver se realmente nós vamos solucionar o problema da Segurança em termos de Brasil.

Porque é muito fácil vir a Curitiba, sentar, tomar uma água mineral, e debater o problema do tóxico. Muito fácil é falar de tóxico. É muito bonito quando se vê aí campanhas inúmeras e etc. falar sobre a violência das drogas, mas são poucos os hospitais que recebem recursos e subsídios para realmente salvar os nossos filhos da violência das drogas. É muito fácil.

Em Londrina nesta semana, conforme noticiaram a "Folha de Londrina" e o "Jornal de Londrina", os dois órgãos de imprensa da minha cidade, um ex-jogador do Londrina Esporte Clube, aposentado, Deputado Dirceu, morreu, foi assassinado por causa de um ponto de venda de cocaína. Quer dizer, é brincadeira. Quer dizer, é uma afronta.

Mata-se taxista, mata-se o caminhoneiro e os marginais são recepcionados nas penitenciárias e nas cadeias públicas e a população brasileira é que paga a permanência desses pilantras, desses anormais, desses vagabundos. Quem paga a permanência deles nas penitenciárias é a população brasileira com seus impostos.

Disse muito bem o meu companheiro de imprensa, Deputado Algaci Túlio, nesta tarde, nesta tribuna, nós que militamos no rádio e sabemos na realidade como é o plantão de uma Delegacia de Polícia. Nós que convivemos com o plantão de uma delegacia, sabemos o que é a polícia. É muito fácil gritar. Bom, pelo menos estamos cumprindo com a nossa parcela de gritar, mas vai chegando uma hora que a gente grita, grita, grita e não encontra eco para as nossas angústias, para os nossos pedidos.

É muito fácil você ver debates, ver encontros para solucionar o problema do alcoolismo, da violência das drogas. Para você solucionar o problema do latrocínio, de milhares de assassinatos, o difícil, Senhores, é procurar recursos, subsídios, injetar dinheiro, ou seja, na área de saú-

de onde temos aí uma fábrica de mortes da Nação brasileira. É só os Srs. pegarem neste mês, aliás no ano passado uma reportagem da Folha de Londrina, na sua editoria especial, que você vai ver que cada hora morre uma criança neste País por falta de atendimento médico e o pior, nesta mesma reportagem da "Folha", você vê que em Brasília têm crianças que se alimentam até de ratos, porque vivem numa miséria desesperadora nesta Nação brasileira.

É você ler o artigo do jornalista Edmilson, da "Folha de Londrina", quando esteve numa Secretaria em Brasília, onde corre a propina para o Prefeito ser atendido para ter os seus projetos aprovados e o Prefeito que não dá propina, naturalmente os seus projetos não serão aprovados.

Esta é a realidade do Brasil. Não é só se reunir numa mesa. Tomar água mineral, falar que vai fazer, gritar que vai fazer, aparecer nos jornais, na televisão e nas emissoras de rádio e quando terminam esses encontros, esses debates a violência continua da mesma maneira. Nos gabinetes da Assembléia Legislativa, as mães continuam chorando com os filhos drogados e não têm lugar aonde internar Motoristas sendo assassinados e a polícia numa situação desesperadora, precária, aonde têm Municípios no Paraná, como o Município de Andirá, aonde um Delegado de Polícia traz de São Paulo três marginais para praticarem assaltos na zona rural e a juíza e o promotor sendo ameaçados.

Quer dizer, este é o estado de coisas, é o que vive a Nação Brasileira no dia de hoje.

Aconteceu em Andirá, que o Delegado de Polícia tinha traficantes de drogas, assaltantes e a "Folha de Londrina" denunciou, todo mundo viu, mostrei na televisão, Delegado desapareceu e agora diz que vai se apresentar ao Diretor da Polícia Civil. Este é o estado de coisas. Isso é o que nós estamos vivendo.

Não é só o assassinato do motorista que nós fomos filmar hoje de manhã não. Têm milhares e milhares de pessoas sendo assassinadas neste País, eu acho que ganhe Lula ou Collor ou Brizola ou Covas, quem quer que seja que ganhe ou Afif ou Ulysses Guimarães, eu acho que o Brasil está precisando é de gente que tenha vergonha na cara e dê um basta a este estado de coisas que atravessa a Nação brasileira, mas gente que presta, que tenha vergonha na cara, que pare de falar e faça alguma coisa em termos de Brasil, porque do jeito que está não dá para aguentar mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A política de integração nacional não pode passar ao largo do conceito e da vivência de uma política regional. É por aí que anda o texto da Constituição Federal, quando privilegia determinadas regiões do País com características próprias, dando a essas regiões não só fontes certas de recursos, mas criando-lhes inclusive, órgãos gestores desses recursos - os BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO.

No entanto, neste momento em que as instituições se modernizam, em que é extremamente importante fortalecer órgãos que promovem o desenvolvimento, a Região Sul corre o risco de perder o BRDE, o seu Banco Regional de Desenvolvimento. É sem dúvida uma volta aos primórdios da história econômica do país.

O BRDE, como sabemos, surgiu há 28 anos, fruto de um esforço pioneiro dos três Estados do Extremo Sul do Brasil, para bancar a responsabilidade de promover o desenvolvimento integrado da Região, assumindo os grandes projetos de interesse regional. A intenção inicial de se fazer dele um Banco forte foi parcialmente frustrada, em face das dificuldades que tiveram os Estados em capitalizar recursos, como era necessário. Isto se deu em grande parte devido à política fiscal centralizada que privou as unidades da federação da gestão direta dos recursos provindos de impostos.

Mesmo assim, o BRDE cresceu e se fortaleceu como resultado de trabalho competente e sério. Tornou-se o maior repassador de recursos para o desenvolvimento regional. Centenas de indústrias nasceram e cresceram sob sua assistência técnica e financeira; o cooperativismo, por exemplo, deve a esse Banco o surgimento das condições, sem as quais não teria sido possível a sua sobrevivência; com cooperativas fortes e, como consequência natural delas, surgem as agroindústrias, cuja importância ninguém pode negar; na esteira de toda essa mudança na estrutura de produção, não se podem esquecer as conquistas sociais, representadas pela criação de milhares e milhares de empregos, e o BRDE se fez presente e positivo, neste momento histórico.

Pois bem, este Banco está correndo um sério risco. Aliás, a Região Sul corre um sério risco de perder essa instituição. É sem necessidade. Exatamente no momento em que se fala de escassez de recursos, propõe-se a extinção justamente da maior fonte de financiamentos da Região. É, no mínimo, um equívoco histórico, com o qual nós representantes dos interesses do povo,

não podemos ser coniventes. Temos que defender nossos interesses estaduais e regionais. Lutar pela manutenção do banco é importante não só para a Região, mas para cada um dos estados-membros.

Impõe-se, então, a pergunta: por que o BRDE se encontra nesta encruzilhada? Um pouco de história, pois: pelo próprio texto legal que o constitui, o Banco deve promover o desenvolvimento integral da Região, financiando indústrias, serviços e infra-estrutura. Estas são de responsabilidade do poder público. Ora, sabemos que, sufocados como se encontravam pela política fiscal centralizada, os Estados não possuíam recursos para essas obras. Na nossa Região, recorreram, então, ao BRDE que, por não ter sido suficiente capitalizado, também não os possuía na quantidade necessária, indo então socorrer-se no mercado financeiro nacional, mediante a emissão de seus títulos, que gozavam de invejável crédito. Aconteceu, porém, que a crise financeira dos Estados não lhes permitiu saldar seus compromissos com o Banco, nos vencimentos contratuais. A dívida foi acumulando-se e é, hoje, em torno de US\$ 549 milhões, assim distribuídos:

RS : US\$ 266 milhões

SC : US\$ 217 milhões

PR : US\$ 66 milhões

US\$ 549 milhões

A intervenção do BANCO CENTRAL, que ainda se mantém, foi devida às dificuldades financeiras que o BRDE passou a enfrentar, no momento em que as instituições oficiais passaram a sofrer restrições de crédito no mercado e os Estados continuaram não saldando seus compromissos. O BACEN passou então a credor do BRDE, resgatando seus títulos, mas não se extinguiu a dívida dos Estados. Existe, no momento, a proposta de os Estados pagarem à União esse débito, em 17 anos, com 2 anos de carência e 15 anos de amortização.

A proposta, embora saneadora é prejudicial à Região Sul, uma vez que os recursos irão para a União e esta, obviamente, não garante o seu retorno para o Extremo Sul. Aliás, a história nos mostra que isso dificilmente aconteceria. Desta forma, considerando o efeito multiplicador, o Sul perderia a capacidade de financiar US\$ 52,2 bilhões de investimento.

Se, pelo contrário, concretizarmos a capitalização desses recursos como participação da União num novo Banco Federalizado, esses recursos ficariam na região, financiando indústrias, criando empregos, propiciando, enfim, o desenvolvimento.

A sociedade do Sul quer o desenvolvimento e deseja que os recursos por ela gerados sejam aplicados aqui, os governos estaduais não podem se eximir da responsa-

bilidade de bancar esse desenvolvimento, e nós, representantes desta sociedade do Governo, não podemos nos omitir e permitir que, mais uma vez, nossos interesses sejam minimizados. Ou nós lutamos pelos nossos direitos regionais, ou continuaremos a ser provedores de riquezas para premiar a ineficiência de outras regiões.

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço, nobre Deputado Orlando Pessuti, ao aparte e quero cumprimentar Vossa Excelência que neste momento, momento oportuno traz à discussão na tribuna deste Poder parte de um absurdo que vem ocorrendo em nossa Nação.

A preocupação de Vossa Excelência é procedente porque nós estamos vendo o Governo Federal, que está em final de festa, está numa fase de loteamento de todos os setores que o Estado brasileiro ainda dispõe e que produz alguma coisa de bom para a sociedade brasileira e o que nós estamos vendo aí é um leilão de interesse particular, porque no passado os que estatizaram setores importantes da economia brasileira são os mesmo que hoje estão privatizando e defendendo a privatização, porque no passado interessava ao Estado ter o controle de setores para favorecer os seus apadrinhados. Hoje nós estamos vendo o inverso, quando estamos a três semana das eleições, onde possivelmente aos setores que sempre mamaram nos cofres públicos do país estão com a disputa praticamente perdida, e então agora o seu representante, o Presidente Sarney, abre um processo de privatização de todos os setores produtivos. Estamos vendo aí um loteamento dos bancos estatais; estamos vendo aí a questão do BRDE tentando encaminhar para abrir campo para privatizar, para destruir um banco estatal de muita importância para o Sul Brasileiro; estamos vendo a questão da MAFERSA denunciada pelo Partido dos Trabalhadores, nacionalmente e que o próprio Presidente teve de voltar atrás. Temos o caso de Rede Ferroviária Federal que foi uma vergonha nacional, onde os trechos produtivos que transportam minérios abriram concorrência para se privatizar e os setores deficitários ficaram a cargo dos cofres públicos.

Por isso, Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência com muita habilidade, com muita inteligência neste momento, traz à discussão mais um dos tópicos absurdos que estão na ordem do dia programados pelo Governo Federal que quer lotear, que quer entregar nas mãos daqueles que sempre mamaram sem produzir nada de benefícios sociais para o País aqueles setores que o Estado Brasileiro ainda detém.

Agradeço o aparte e reconheço aqui a sua coragem de trazer a preocupação em de-

fesa de uma empresa, de um grupo que tanto benefício trouxe para a Região Sul do Brasil.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o aparte que nos oferece neste momento o Deputado Pedro Tonelli porque ele vem inclusive enriquecer aquilo que estamos pretendendo colocar em defesa da Região Sul, em defesa da nossa economia, em defesa dos nossos interesses econômicos e sociais.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Orlando Pessuti, tão somente peço este aparte para parabenizá-lo e me somar a sua luta porque é uma causa sulista que deveremos defender, assim como nós reagimos contra a oportunidade e contamos com o seu apoio quando se quis incorporar o BADEP, um Banco de Desenvolvimento, ao BANESTADO, assim como nós fomos companheiros de luta para não deixar que a SUDESUL fosse exterminada, é mérito de Vossa Excelência, de todos as bancadas do Sul lutar pela manutenção do BRDE.

Nós achamos que o Banco Regional de Desenvolvimento deixou de prestar grandes serviços somente este ano com milhões de empréstimos que viriam a beneficiar uma série de programas de desenvolvimento exatamente em função de um Governo Federal que está parado, senão dizer está regredindo esta Nação. E não poderemos permitir que no apagar das luzes do Governo Sarney se tomem medidas que venham novamente a prejudicar o Sul, e por isso Vossa Excelência está de parabéns e, portanto, me somo as suas palavras.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o Deputado Gernote Kirinus. E realmente se nós não tomarmos as precauções necessárias, poderemos ter prejuízos seríssimos como estava previsto no caso da SUDESUL, em que o Deputado Gernote Kirinus muito bem conduziu as aspirações desta Assembléia Legislativa, indo a Brasília, indo a tantos outros lugares do nosso País defender essa tese da permanência da SUDESUL.

Sr. Presidente, Srs. Deputados

É necessário que o Poder Legislativo do Estado do Paraná não se cale neste momento. É necessário que, de pronto, iniciemos uma grande jornada em defesa do nosso Banco Regional. Todos sabemos que a Constituição Federal ao ser escrita e posteriormente ao ser promulgada, consolidou a criação de bancos regionais para outras regiões deste país e vem agora o Governo Federal, buscar, não o estímulo ao Banco Regional que já existia no Paraná, mas vem, o Governo Federal, buscar a sua extinção, prejudicando, mais uma vez, como

de costume, os interesses maiores da região Sul do nosso país.

É necessário portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que façamos mais esta caminhada em favor da Região Sul, que fazemos, quem sabe, contatos, entendimentos com as Assembléias Legislativas dos 3 Estados: Paraná, Rio Grande do Sul, e Santa Catarina para que juntos, os três Estados sulistas, possamos dar apoio, dar guarida ao trabalho que já vem sendo desenvolvido a nível de Congresso Nacional, pelas Bancadas Federais dos três Estados, no sentido de que tenhamos aqui, criado, um Banco Regional Sul - federalizado, que não tenhamos a extinção de bancos que promovam o desenvolvimento deste Estado. Esta Assembléia mesmo, quando escrevendo a Constituição do Estado, fez com que se aportasse ao BRDE os recursos oriundos dos royalties gerados pela energia elétrica deste Estado. Fez assim porque entendeu que através do Banco Estadual de Desenvolvimento é que poderíamos distribuir esta riqueza gerada no Estado do Paraná. Se naquele momento defendíamos o nosso Banco de Desenvolvimento, temos que agora também defender o nosso Banco Regional de Desenvolvimento, que em nada irá prejudicar o trabalho do nosso banco estadual, mas sim somar forças na busca incessante de recursos para o desenvolvimento de nossa Região.

Quero portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, me somar ao pronunciamento do Deputado José Rogério. Agradecer aos apurtes que nos ofereceram o Deputado Tonelli o Deputado Kirinus e tenho certeza, nos somarmos todos nós, os legisladores do Paraná, nesta caminhada de defesa em busca de permanência do nosso Banco Regional, não para satisfação do Paraná, mas para atender as reais necessidades de desenvolvimento da Região Extremo Sul deste País.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

A Mesa consulta à Liderança do PT. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PL. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PDS. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PFL. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PTB. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PTN. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PRN. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PRP. (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pau-

lo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos há vinte e poucos dias do término da campanha da eleição de Presidente da República quando, no dia 15 de novembro o povo brasileiro vai, depois de vinte e nove anos, eleger o Presidente da República através do voto direto e secreto.

Em 1964, a História Brasileira foi interrompida. Naquela época a dívida externa brasileira era de 3 bilhões de dólares, a inflação era de 60% ao ano e as reformas de base eram pregadas então pelo grande comandante do antigo PTB, João Goulart e, em contrapartida, por Leonel Brizola.

Em nome de uma inflação de 60% e de uma dívida de 3 bilhões de dólares, deram um golpe, um golpe militar, e usaram a força. Expulsaram, mataram e colocaram este País numa ditadura militar que deixou como herança o País de joelhos. Mais de 130 bilhões de dólares de dívida externa. Mais de 80 milhões de brasileiros passando fome.

Sem dúvida que foram competentes em transformar o País na oitava economia industrial. Competentes para concentrar a riqueza e para fazer com que a renda brasileira fosse concentrada nas mãos dos grandes grupos industriais e internacionais.

Vinte e nove anos depois, quis a História que fossemos novamente levados a retomar este processo. E este processo será retomado pela História e pela coerência quando, não tenham dúvidas, Brizola será o Presidente do Brasil.

O mesmo discurso de 64, das forças internacionais que usavam naquela época a força para o seu domínio, hoje usam o discurso neoliberal, na boca de Collor, de Maluf, ou de Afif, com aquela velha história de que o Estado é incompetente. O Estado foi incompetente na mão da Direita, mas sem dúvida poderá ser muito competente e levar em conta as aspirações do povo na mão da esquerda. O que querem os "Afifes", os "Collors", os "Malufes"? Querem, na verdade lotear as empresas estatais que foram dilapidadas pelo governo incompetente e entregar nas mãos dos grandes grupos internacionais.

A Petrobrás, por exemplo, de se a consciência não vamos encontrar nenhum grupo empresarial nacional que pudesse comprá-la; quando falam em vender as empresas estatais, falam, na verdade, em entregar essas empresas ao grande capital internacional, falam em lotear o patrimônio do povo brasileiro. Substituíram a baioneta e o fuzil pelo discurso neoliberal que tem tomado a América Latina ultimamente.

Diante deste quadro que estamos vivendo, sem-dúvida que o fio da história pode ser retomado com a eleição de Brizola, Presidente desta nação. E queiram ou não é, ainda, o grande político que chega nas massas, é o político que consegue fazer o povo sair às ruas, de acreditar no nacionalismo e na Social Democracia. Recentemente tivemos um debate na televisão e o que vimos foi determinados candidatos tatarugas que se acovardaram perante a televisão e, depois, diante do impacto de sua fraqueza, usam o espaço eleitoral para tentar transformar o limão em limonada. Se acovardaram, não discutiram, não participaram e depois usam o horário eleitoral para tentar iludir a opinião pública.

Quem de nós, quando discutimos alguma coisa importante seja em relação a nós, a nossa família, a nossa casa ou a nossa pátria não tomamos de indignidade, não colocamos o calor e o fervor do debate? Assim foi. Brizola não poderia se calar diante da direita de Caiado e de Maluf, levantou a voz, foi homem, foi corajoso e não teve o sangue de barata de muitos candidatos por aí. Alguns se calam, não vão ao debate, não participam porque o rabo é muito comprido; outros, se acovardam, dizem no debate, inclusive, que o Partido não chegou a se reunir para saber quem disputa o segundo turno. Nós, neste momento da vida nacional, não precisamos de pessoas em cima do muro, de políticos que ficam esperando o segundo turno para depois se definir, de políticos que têm o fio da história a se retomar mas não tomam decisão, ficam aguardando primeiro o povo dizer o caminho para depois tomar decisões oportunísticas. Nós precisamos é de candidatos que assumam o seu discurso, que venham à frente do povo brasileiro dizer por que vieram. E é nesse momento histórico que estamos vivendo. E é neste momento raro da vida nacional que assistimos mais de uma tentativa de golpe da direita que se vê aturdida. Lançou Collor, usou todo o esquema poderoso de comunicação, pensou que conseguiria ludibriar a população com a propaganda do sabonete, e a dia a dia que passa verifica-se que a candidatura não tem sustentação. Aí investem no Afif, mas o rabo dele é muito comprido e à medida que começa a aparecer nas televisões começa a cair ou estacionar naqueles 6 ou 7%. E agora esta direita que não quer abrir mão dos seus benefícios ou da teta gorda do governo vai atrás de um candidato como Sílvio Santos para mais um golpe. Temos, no entanto, a certeza de tanto golpe que a direita já deu neste país, este não vai colar, porque estão esquecendo que o povo brasileiro pensa, que o povo brasileiro sabe o que quer, que o povo brasileiro tem memória e sabe qual é o caminho definitivo

para a história deste país, e a história deste país vai se dar com a eleição de 15 de novembro com Leonel Brizola, Presidente desta República, retomando o fio da história cortado pela força da baioneta e do fuzil em 1964.

Era isso, Sr. Presidente, e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PSDB com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

(Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei e de Resolução ns. 266, 267, 59, 273, 58, 185, 208, 226, 281 e 60/89, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Lei n. 281/89, de autoria do Tribunal de Justiça, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação de autoria dos Senhores Deputados Hermas Brandão e Renato Adur, acima aprovados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 266/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 73/89), que objetiva transformar o cargo em Comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado em cargo de Simbologia DAS-4 e alterar dispositivos da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLEIA, por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 267/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 75/89), que objetiva reajustar, a partir de 1º de novembro de 1989, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legis-

lativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 59/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que fixa remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado. Com EMENDA de Plenário. Em discussão a Emenda. Em votação o Projeto. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 273/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, que dispõe sobre o reajuste dos Servidores da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial, a partir de 1º de novembro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 273/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, encaminhado a esta augusta Casa de Leis pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado, tem por finalidade dispor sobre o reajuste dos Servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial, a partir de 1º de novembro de 1989.

A Constituição Estadual, no seu artigo 114, § 2º, preceitua que "ao Ministério Público são asseguradas autonomia funcional, administrativa e financeira, podendo, observadas as normas orçamentárias anuais, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e títulos, bem como propor a fixação dos respectivos vencimentos".

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, inexistindo, desta forma, óbice à aprovação do projeto em tela.

O parecer é, pois, FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 19.10.89.

(a) ACIR MEZZADRI

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 58/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio de diversos

Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA

Art. 4º - Os ocupantes de cargos de Consultor Legislativo, portadores de Diploma de Bacharel em Direito e de empregos de Advogado estáveis, ficam classificados no cargo de Advogado, nos termos do art. 56, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

Art. 11 - Os ocupantes do cargo de Procurador e Advogado do Poder Legislativo, terão vencimentos, vantagens, impedimento e vedações dos membros do Ministério Público, observando-se a correlação entre as respectivas classes e entrâncias, nos termos dos Artigos n. 243, § 3º e 56, § 3º das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL DE ATIVIDADES E
ASSESSORAMENTO SUPERIORES DA ÁREA JURÍDICA

Denominação	Classe	Nº	Cargos	Habilitação
Procurador	NU-1	13		Bel.Direito
Advogado	A-NU-1	08		Bel.Direito
Advogado	B-NU-1	08		Bel.Direito
Advogado	C-NU-1	08		Bel.Direito
Advogado	D-NU-1	08		Bel.Direito

Sala das Sessões, em 23.10.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Gernote Kirinus, Raul Lopes, Nilton Barbosa, Acir Mezzadri, Vera Agibert, Ezequias Losso, Djalma de Almeida César, José Rogério Carvalho, Renato Adur, Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente Emenda, prende-se ao fato, de melhor adequar a nomenclatura do cargo privativo de portadores de Diploma de Bacharel em Direito, às técnicas de administração de recursos humanos, e à nova ordem constitucional.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) determinou que a mesma fosse autuada como Projeto em separado.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia de Resolução n. 58/89. Prejudicado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 185/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede gratificação de responsabilidade técnica. Com PARECERES FAVORÁ-

VEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. (Em anexo Projeto de Lei n° 202/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti). (Publ. no DA. n° 66, de 08.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 185/89

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, visa autorizar o Poder Executivo a atribuir aos ocupantes de cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pelo Decreto Federal 85.878/81 e Lei Federal n° 3.820/60, Decreto Lei n° 5.452/43, Lei 2.800/56, Decreto Federal n° 85.877/81, e Lei Federal n° 6.684/79, a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% (quarenta por cento), sobre os vencimentos, para todos os efeitos legais.

Ao proceder-se a análise legal e constitucional do presente plano de Lei, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, ressaltando-se que a responsabilidade inerente às profissões, objeto dos Decretos e Lei Federais supra mencionadas, fundamenta meritamente a iniciativa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, opina Favoravelmente pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em tela.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
EDMAR LUIZ COSTA
Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 185/89

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a atribuir aos ocupantes de cargos de nível universitário da administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, a gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% sobre os seus vencimentos, para todos os efeitos legais.

Tal propositura, mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão, chamada a opinar, conclui ser tal medida meritória, pois com a gratificação proposta objetiva conceder aos profissionais das áreas de farmácia, química e biologia, uma forma de compensação pela responsabilidade advinda da execução de suas profissões, que, muitas ve-

zes, resultam em danos decorrentes de outros elementos independentes de sua perícia ou habilidade técnica.

Diante do exposto, somos FAVORÁVEIS à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.89

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
ACIR MEZZADRI
Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N° 185/89

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder aos ocupantes de cargos de nível superior da Administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, a gratificação de responsabilidade técnica, no percentual de 40% sobre os vencimentos, aos profissionais das áreas de farmácia, química e biologia, para todos os efeitos legais.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, opinaram favoravelmente ao objeto do plano em análise, sendo que esta Comissão de Recursos Humanos segue seus entendimentos no que tange aos aspectos meritórios da questão.

Sendo assim, somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, sendo este o nosso melhor juízo.

Sala das Comissões, em 03.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
NELSON VASCONCELLOS
Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do Governo, constante do expediente, solicitando seja retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 185/89, pelo prazo de 02 (duas) Sessões. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, embora tenha sido aprovado a retirada da Ordem do Dia, nós gostaríamos de consultar esta Presidência, por quantos dias está sendo retirado esse projeto, porque este Projeto é de autoria de Vossa Excelência e tem a ele anexado um Projeto também de nossa autoria.

E pretendem esses dois Projetos de Lei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dar a Servidores do Estado, 40% de gratificação, de anotação de responsabilidade técnica, a exemplo do que já foi aqui aprovado, por nós e sancionado pelo Governo do Estado e que foi concedido a Enge-

nheiros Agrônomos da Administração Direta.

Nós estamos pretendendo sanar uma falha por ocasião da aprovação daquela Lei, e gostaríamos realmente que esse Projeto retornasse a Ordem do Dia, o mais rapidamente possível, para que nós pudéssemos corrigir esse erro.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Não foi aprovado ou desaprovado esse requerimento do Deputado Artagão?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi aprovado o requerimento.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) - Foi aprovado? A retirada da Ordem do Dia? Foi votado? ...

Ele não foi votado não. Vossa Excelência colocou em votação, mas não houve votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa o nobre Deputado, que o requerimento foi votado.

Tem a palavra pela ordem o Deputado Erondi.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) - Vossa Excelência está com a razão. Agora, eu não "dormi" na apreciação da matéria. Eu apenas confiei na palavra do nobre Deputado Basílio Zanusso. Eu me refiro ao Projeto n° 58.

O SR. PAULO FURIATTI - Não, não. Nós estamos nos referindo ao projeto de n° 185/89, que concede gratificações de responsabilidade técnica.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Paulo Furiatti, eu vou dar o caminho a Vossa Excelência.

Vossa Excelência requeira verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI - Então, está pedida a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) - Antes que Vossa Excelência coloque em votação o requerimento verbal do nobre Deputado, eu gostaria que Vossa Excelência por gentileza, determinasse que se procedesse à leitura da Emenda aposta ao projeto n° 58/89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa determinou a retirada. Mas, vai-se verificar...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) - Eu gostaria que Vossa Excelência usasse do mesmo peso e da mesma medida, que

aliás, acertadamente usou.

Vossa Excelência naquela minha Emenda, recebeu-a e determinou que se apresentasse projeto à parte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem de Vossa Excelência. Será transformado em projeto à parte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter à votação o Projeto de Resolução n° 58/89, tendo em vista que a emenda foi considerada projeto à parte. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Com a palavra o nobre Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, na oportunidade em que se discutia, em 1.ª Discussão, o Projeto de Resolução n° 58/89, de autoria da Comissão Executiva da Casa, e que objetiva uma reestruturação geral da Casa, porque inicialmente imaginava este Deputado que apenas reexaminava a situação dos funcionários do quadro permanente, em função de estarmos aqui votando Mensagem do Poder Judiciário, do Poder Executivo, do Tribunal de Contas, em função do que é sabido por todos nós, esta inflação que corrói principalmente os parcos recursos dos assalariados, dos funcionários, como de todo o brasileiro.

Agora, Senhor Presidente, na ocasião, na oportunidade, na sexta-feira passada, ao manifestar-me contrário ao projeto de resolução, a Presidência ficou de encaminhar ao meu gabinete, não ao gabinete do Basílio Zanusso, mas para que nós, Deputados, fôssemos informados do alcance do Projeto de Resolução 58/89, porque ele é grande demais. Eu não poderia deixar de manifestar-me aqui, por uma questão de coerência. Quero reiterar o que falei sexta-feira, ao manifestar o meu voto contra o projeto de resolução. Até por falta de informação dos Senhores Parlamentares. Esta Casa é composta por 54 Senhores Deputados. Sabidamente a Comissão Executiva é o órgão competente para administrar, dirigir, presidir, secretariar, administrar de forma geral os destinos do Poder Legislativo.

Mas, no caso de uma reestruturação desta forma, é preciso que pelo menos os gabinetes das lideranças tenham participação, que sejam previamente comunicados, porque é muito grande o número de cargos que criamos por este Projeto. Nós temos quatrocentos e tantos cargos lá na Assembléia. Já, mais de duzentos, vagos. Por

que não preencher estes através de concurso? Agora, nós vamos a mais de novecentos e cinquenta cargos, que é do meu entendimento, com as informações restritas que tenho como todos nós, Deputados, quer parecer.

Portanto, Senhor Presidente e nobres colegas, é muito antipático, até. Posso estar contrariando interesses legítimos de funcionários da Casa mas, eu não poderia deixar de me manifestar porque podia perfeitamente examinar a situação do funcionalismo da Casa, para, posteriormente, propor-se ao Plenário aqui uma reestruturação dessa forma. Nós já tivemos, o Deputado Kirinus era Secretário quando pretendeu fazer uma reestruturação, foi contratada uma firma especializada para esse assunto, foi contratada, foi feito, lamentavelmente pouca coisa se mudou, e eu concordo plenamente que não há necessidade nenhuma de se contratar ninguém de fora para fazer, já que nós temos um número até bem grande de funcionários, tem até advogados. Portanto, eu acho que os Deputados deviam conhecer o projeto, quantos Consultores nós temos, nós estamos criando 60 cargos de Consultor, será que temos necessidade de tantos? Onde estarão eles? Consultores técnicos, depois tantos outros, eu não sei quantos são nem quem são, mas nesta hora difícil que atravessa a Pátria brasileira, uma situação principalmente do serviço público, deficitário, os Prefeitos indo à Brasília, de chapéu na mão, pedindo recursos ao Presidente da República, não sendo até recebidos. Os Governos estão aí, de caixa baixa e nós devemos, aqui nesta Casa, dar o exemplo com a aplicação dos recursos.

Se eu estiver equivocado gostaria de ser pela Mesa orientado e informado, para vê se meu raciocínio deve mudar, mas, até lá, Senhor Presidente, eu acho que este assunto deve merecer um reexame da Mesa e da Assembléia, no seu todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa fará chegar a V.Exa. as informações solicitadas.

O Senhor Diretor Geral deverá procurá-lo ainda hoje.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu tenho uma informação de que o Deputado Artagão Mattos Leão concorda que seja retirado o projeto de lei que regula as anotações de responsabilidade técnica por apenas duas Sessões, para melhor estudar.

Quer dizer que entendo que seja correto porque aí não teremos muito tempo para apreciar este projeto que é de grande importância às outras categorias profissio-

nais que têm responsabilidade e não recebem estes recursos por sua responsabilidade.

Então, se for apenas por apenas duas Sessões, nós concordamos com esta intenção do Deputado Artagão Mattos Leão.

Obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Na oportunidade nós queremos até parabenizar o Deputado Artagão Mattos Leão, por esta decisão de apenas ficar em duas Sessões, no projeto de vossa autoria e do Deputado Pessuti, e quero já reafirmar aqui, neste momento, neste plenário, de que votarei favorável para que haja gratificação aos técnicos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento aprovado para que seja retirado por duas Sessões.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 208/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal a Oracina Pereira, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. (Publ. no D.A. 72, de 17.08.89).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N° 208/89

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Anibal Khury, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal no valor de NCz\$ 100,00 (cem cruzados novos) à Senhora Oracina Pereira.

A presente propositura vem justificada por ser a beneficiária pessoa idosa, de saúde precária e sem qualquer meios próprios de sobrevivência. Embora, seu falecido esposo tenha sido servidor público, não deixou pensão ou benefício previdenciário.

Chamada a opinar sobre o aspecto constitucional e legal da matéria, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação desta por esta Casa de Leis.

Contudo, quanto ao aspecto meritório do referido projeto de lei, o consideramos justo, exceto pelo valor nele contido. Pois, devido ao alto processo inflacionário que vem corroendo o valor aquisitivo de nossa moeda nacional, a quantia de NCz\$ 100,00 será irrisória dentro de pouquíssimo tempo. Daí nos posicionarmos em apresentar Emenda Substitutiva e este Projeto de Lei, no tocante a substituir o referido valor por outro corrigido contra a inflação, ou seja o salário mínimo.

Assim sendo, é o nosso Parecer FAVORÁ-

VEL à sua Aprovação, na forma da Emenda Substitutiva apresentada em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

PROJETO DE LEI N° 208/89

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Senhora Oracina Pereira, uma pensão mensal no valor de 1 salário mínimo.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta Lei deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair núpcias.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, Djalma de Almeida César, João Arruda, Sabino Campos, Antônio Annibelli e David Cheriegate.

Aprovado o Projeto.

A Emenda será aprovada em 2.^a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 226/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que majora os vencimentos dos servidores e serventuários do quadro de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 226/89

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - São majorados em 30% (trinta por cento) os vencimentos dos servidores e serventuários integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, excetuadas as carreiras de Assessor Jurídico.

Art. 2° - Ficam alterados os percentuais correspondentes às promoções horizontais previstas nos artigos 18 e 12 das Leis n°s 8.672 e 8.673, respectivamente, de 21 de dezembro de 1987 para: 12% (doze por cento) na Referência PJ-II, 24% (vinte e quatro por cento) na Referência PJ-III e 36% (trinta e seis por cento) na Referência PJ-IV.

Art. 3° - Fica criado no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça o cargo em comissão de Diretoria Departamento de Serviços Gerais, símbolo DAS-3, que passará a integrar a Tabela II, do Anexo I, da Lei n° 8.672 de 21 de dezembro de 1987.

Art. 4° - Os acréscimos decorrentes da aplicação da presente lei não poderão ser, em momento algum, deduzidos ou compensados dos reajustes de vencimentos concedidos ao funcionalismo público do Estado em geral, e as despesas decorrentes de sua execução correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário, ficando aberto o crédito correspondente.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de julho de 1989, aplicando-se os benefícios nela contidos aos servidores e serventuários inativos, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.89

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Of. n° 57/89

Curitiba, 12 de setembro de 1989
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1° de julho do ano em curso, os vencimentos dos servidores integrantes dos quadros de pessoal do Poder Judiciário, bem como o percentual correspondente às promoções horizontais.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis visa também a criação de um cargo de Diretor de Departamento - DAS-3, além de dispor sobre as condições de sua vigência.

A anexa Exposição de Motivos, firmada pelo Senhor Secretário do Tribunal de Justiça, apresenta melhor detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ABRAHÃO MIGUEL

Presidente do Tribunal de Justiça

Senhor Presidente.

Os grandes problemas financeiros por que passam os servidores do Poder Judiciário, notadamente em razão da ausência de uma política de definição das perdas verificadas, em razão do processo inflacionário, estão a motivar um reajuste geral de vencimentos compatíveis com a realidade presente.

Dependendo tal reposição da manifestação conjunta dos Poderes Constituídos, o que, de certa forma, retarda a sua apreciação, é mister que alguma providência seja tomada, para como um linimento, minorar o agravamento do estado de penúria que atravessam alguns servidores notadamente

os de níveis menos elevados.

Assim sendo, o presente projeto de lei, objetiva fundamentalmente três propósitos:

1. Corrigir a disparidade de valores entre as tabelas de vencimentos básicos dos Poderes Legislativo e Judiciário onde se denota:

Pessoal Efetivo dos Tribunais de
Justiça e Alçada

Nível	1	354,84
	2	333,55
	3	312,26
	4	290,47
	5	269,68
	6	248,39
	7	227,10
	8	205,81
	9	198,71
	10	184,52
	11	163,23
	12	141,94

Pessoal Efetivo da Assembléia
Legislativa e Tribunal de Contas

Nível	1	456,84
	2	429,43
	3	402,02
	4	374,61
	5	347,20
	6	335,57
	7	312,27
	8	227,11
	9	205,82
	10	184,52
	11	141,94

Procurador Legislativo (AL) ou
Consultor Técnico (TC): 737,91

2. Aumento dos percentuais alusivos às promoções horizontais, como forma de mais valorizar a competência funcional e o tempo de serviço.

Os servidores do Poder Judiciário, obedecida a atual sistemática, percebem a título de promoção horizontal um total de 12% (doze por cento). Na sistemática proposta esse percentual seria elevado para 72% (setenta e dois por cento) representando um aumento, a esse título, de 60% (sessenta por cento) para todas as categorias funcionais.

3. A criação de 1 (um) cargo de Diretor de Departamento de Serviços Gerais é providência que se impõe, eis que a função já existe há alguns anos, sem que o seu titular tenha a respectiva retribuição financeira.

4. Os Assessores Jurídicos das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada foram excluídos da majoração prevista no artigo 1º do Anteprojeto, tendo em vista que a fixação de seus vencimentos obedece aos valores estabelecidos no Anexo I,

Tabela I, da Lei nº 8.672, de 21 de dezembro de 1987, valores esses exatamente iguais às demais carreiras jurídicas do Estado (C.F. art. 39, § 1º), notadamente a de Procurador do Estado.

Essas são as razões, Senhor Presidente, que me levaram a solicitar a compreensão de Vossa Excelência para a submissão e posterior aprovação pelo Colendo Órgão Especial deste Tribunal, da presente proposta, que tenho a certeza, representada o anseio de toda a classe de servidores do Poder Judiciário.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, minhas expressões de consideração e apreço.

(a) ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO
Secretário do Tribunal de Justiça

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI Nº 226/89

P A R E C E R:

De autoria de Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, o plano de lei em tela visa Majorar os vencimentos dos servidores e serventuários do Quadro de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, e dá outras providências.

Analisando-se a exposição de motivos que acompanha a presente medida, verificamos que a necessidade de um reajuste geral de vencimentos venha a se adequar à nossa realidade, decorre da ausência de uma política de definição das perdas verificadas, em razão do processo inflacionário.

É mister que se procure minorar o agravamento pelo qual atravessam alguns servidores, vale dizer os de níveis menos elevados, tomando alguma providência enquanto tal situação não venha a ser solucionada, o que dependerá de uma ação conjunta dos Poderes Constituídos.

Esta douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar de conformidade com o artigo 48 do Regimento Interno, vem fazê-lo pronunciando-se FAVORAVEMENTE, pois no aspecto constitucional a medida encontra apoio, nos artigos 98, inciso II e 100, inciso III, da Constituição Federal, que estabelecem respectivamente a competência privativa dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 226/89, em Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Comissão de Finanças
PROJETO DE LEI Nº 226/89

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Egrégio, Tribunal de Justiça do Estado,

tem por finalidade Majorar os vencimentos dos servidores e serventuários do Quadro de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, e dá outras providências.

No aspecto contitucional, a proposta veio a merecer pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça, pois encontra apoio na Constituição Estadual, nos artigos 98, inciso II e 100, inciso III, que tratam respectivamente das atribuições do Tribunal de Justiça e do Tribunal Alçada.

No que diz respeito ao aspecto financeiro, a Douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, vem a fazê-lo através de seu Relator, pronunciando-se favoravelmente, pois a presente proposta não acarretará aumento de despesas para o Estado, conforme pudemos observar pela análise do artigo 4º do Projeto de Lei em questão.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.89

(aa) QUIÉLSE CRISÓSTOMO - Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator

Comissão de Recursos Humanos

PROJETO DE LEI Nº 226/89

P A R E C E R:

De autoria do Egrégio, Tribunal de Justiça do Estado, o projeto de lei em pauta tem por finalidade Majorar os vencimentos dos servidores e serventuários do Quadro de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, e dá outras providências.

A presente medida veio a receber pronunciamento favorável pela Comissão e Justiça, pois no plano constitucional ela encontra apoio nos artigos 98, inciso II e 100, inciso III, da Constituição Estadual.

No que diz respeito ao aspecto financeiro, a Comissão de Finanças, também se pronunciou favoravelmente, pois a proposta em questão não acarretará aumento de despesas para o Estado, conforme dispositivo integrante do Projeto em tela encaminhado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, por meio do seu mui digno Presidente.

Esta Douta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar de conformidade com o Regimento Interno, vem a fazê-lo por meio de seu Relator, pronunciando-se Favoravelmente.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 281/89, de autoria do Tribunal de Justiça,

que dispõe sobre os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, vigentes em outubro de 1.989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85%.

PROJETO DE LEI Nº 281/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2º - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento):

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores de Gratificação de Representação de Gabinete.

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 3º - o valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos).

Art. 4º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça autorizado a, mediante decreto, baixar as tabelas de vencimentos decorrentes da aplicação da presente Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.89

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Designo o Relator, Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Parecer ao Projeto de Lei 281/89, da Comissão Geral: (Lê).

O presente projeto de lei, encaminhado a esta Casa, através do Ofício nº 65/89, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por finalidade dispor sobre níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

O projeto de lei em tela encontra-se em conformidade com o artigo 98, inciso II, da Constituição Estadual.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, inexistindo desta forma óbice

à aprovação do presente projeto.

O parecer é, pois, FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 23.10.89

(a) CÂNDIDO BASTOS

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. APROVADO.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 60/89, de autoria da Comissão Executiva, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Legislativo e dá outras providências. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 60/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos em comissão e funções gratificadas do Poder Legislativo, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2° - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento):

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - Os valores da Gratificação de Representação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 3° - O limite máximo de remuneração dos funcionários fica fixado a partir do mês de novembro, em NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), pelo exercício de encargos especiais.

Art. 4° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos).

Art. 5° - Fica a Comissão Executiva autorizada a, mediante decreto, baixar as tabelas de vencimentos decorrentes da aplicação da presente Resolução.

Art. 6° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989, revogadas a disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.89

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 109/89, de autoria do Deputado João Arru-

da, que denomina de Deputado ARNALDO BUSATTO a Rodovia PR-281, de Mangueirinha até o entroncamento com a estrada federal BR-163, no Município de Planalto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 109/89, por (03) três Sessões, bem como o cancelamento do regime de Urgência.- Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 109/89.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 281/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Conjunto Residencial Atuba e Jardim Atuba", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 21/89, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública o "Movimento de Ação Social do R.U.C." (Ribeirãoclarense Unidos em Cristo). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 147/89, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Donas de Casa de Toledo", com sede e foro no Município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 156/89, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que concede uma pensão de dois salários mínimos à viúva do ex-Prefeito de Porto Rico, Senhor Celso Romão de Oliveira, à Senhora Vera Lúcia Romão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 167/89, de autoria do Deputado IRONDY PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a "Escola Especial Raio de Sol - APAE" de Iguaraçu - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em discussão. Em votação. Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, solicito a V.Exa. a fineza de determi-

nar que conste na ata dos trabalhos o meu voto contrário ao Projeto de Lei n° 156/89, e eu explico porquê, Senhor Presidente. Porque nós assistimos, há poucos instantes, o nobre Deputado Algaci Túlio protestando contra a falta de recursos da Polícia Civil, a segurança do Estado. Nós assistimos, logo em seguida, o nobre Deputado Alborghetti ampliando ainda o leque de queixas e de reclamações contra os serviços assistenciais do Estado.

Por outro lado, nós verificamos sempre que o Chefe do Poder Executivo tem queixas amargas com relação a arrecadação do Estado, que não comporta o nível de despesas atualmente apresentadas.

Entretanto, tornou-se hábito nesta Casa, que alguns dos Senhores Deputados passem a apresentar projetos de lei de fundo eminentemente político, concedendo pensão a viúvas de ex-prefeitos.

Ora, se de um lado nós reclamamos que a segurança não tem recursos, de outro lado nós concedemos benesses, porque esses projetos de lei se transformam em verdadeiras benesses. E eu não vejo razão para que o Estado passe a pagar pensão a uma viúva de ex-prefeito. Não vejo nenhuma razão lógica, coerente e aceitável.

Desta forma, Senhor Presidente, eu quero que conste o meu voto contrário e passarei a votar sempre contrariamente as matérias desta natureza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado o voto de V.Exa.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 169/89, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Jardim Pio XII", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 172/89, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a "Fundação de Prevenção ao Abuso de Drogas, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 190/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 191/89, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a

"Associação Lar da Criança de São Dimas", com sede e foro em Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 262/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 72/89), que objetiva extinguir na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 22 cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo 1-C e de 211 cargos em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C, e criar na estrutura da referida Secretaria de Estado, 22 cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo DAS-5 e 211 cargos em comissão de Inspetor Estadual de Educação símbolo 1-C. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de n° 2190, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2191, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2201, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2202, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2192, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2200, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2196, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2197, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2199, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
281/88, 21/89, 147/89, 156/89, 167/89,
169/89, 172/89, 190/89, 191/89, 262/89,
273/89 e do Projeto de Resolução n.º 58/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs
208/89, 226/89, 281/89 e do Projeto de

Resolução n.º 60/89.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º
280/89.

Levanta-se a sessão.